

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Sociologia do Espaço Público
Profa. Dra. Fraya Frehse
Seminário 07
São Paulo, 07 de maio de 2024

Vanessa Chacur Politano – N. USP 5699976

Seminário: LOFLAND, Lyn ([1973] 1985). *A World of Strangers*. [“Chapter One”]. Prospect Heights: Waveland Press, pp. 3-23.

Biografia da autora:

LOFLAND, Lyn H. 1937-2022. Lyn se graduou em Sociologia na Universidade de Stanford e no Antioch College, depois obteve o título de mestre na Universidade de Michigan, seguido pelo doutorado na Universidade da Califórnia, São Francisco (Informação obtida no site Wikipedia, perfil de seu marido John Lofland - [https://en.wikipedia.org/wiki/John_Lofland_\(sociologist\)](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Lofland_(sociologist)) . Acesso em 06.05.2023).

Tornou-se professora emérita do Departamento de Sociologia na Universidade da Califórnia, Davis. Ela é autora, dentre inúmeros outros trabalhos, de “*A World of Strangers*” (1973), “*The Craft of Dying*” (1978) e “*Analyzing Social Settings*” (com John Lofland, 1983, 1995), co-autora (com Spencer Cahill) de “*The Community of The Streets*” (1994), e “*The Public Realm*” (1998). Em 1995 ela foi premiada com o Robert and Helen Lynd Award pelas contribuições durante sua vida acadêmica pela Community and Urban Sociology Section da ASA - American Sociological Association. (LOFLAND, Lyn. (1998). *The Public Realm*. Prospect Heights: Waveland Press. p. 3).

Lyn e seu marido John foram incentivadores da candidatura do antropólogo e sociólogo Erving Goffman (1922-1982) à presidência da ASA – American Sociological Association e conviveram com ele durante anos (ver descrição das memórias em LOFLAND, John. “*Erving Goffman’s Sociological Legacies.*” Artigo disponível em https://cdclv.unlv.edu/archives/interactionism/lofland/lofland_09.pdf. Acesso em 06.05.2023).

Contexto:

O texto lido é o Capítulo Um do livro “*A World of Strangers*”, publicado por Lyn Lofland em 1973 pela editora Basic Books Inc. Publishers., de Nova Iorque.

O Capítulo Um do livro tem características de introdução porque apresenta a tese e a problemática do livro e é o único capítulo que não se insere em nenhuma das Partes (1 e 2), assim divididas pela autora. Os demais Capítulos estão inseridos na Parte 1 – “*Ordem Pública Urbana: A Transformação Histórica*” (Capítulos Dois, Três e Quatro) e na Parte 2 – “*Comportamento Público Urbano: Moradores da Cidade em Ação*” (Capítulos Cinco, Seis, Sete, Oito e Nove).

Do ponto de vista intelectual da trajetória da autora, esse é o primeiro livro de Lyn Lofland sobre o tema da cidade.

Do ponto de vista de contexto histórico e social, os Estados Unidos, país de nascimento da autora, viviam o movimento hippie, a retirada das tropas da Guerra do Vietnã e o início da Crise do Petróleo.

Conteúdo do texto:

Tema/Assunto:

(A cidade como) o problemático mundo de estranhos. “*The Problematic World of Strangers*” (Título do Capítulo Um do livro – p. 15).

Questão teórica:

Como é possível a vida na cidade? Como continuou sendo possível por milhares de anos e para um número crescente de pessoas? Como podem seres humanos viverem suas vidas nesse mundo de estranhos? (“How then was city life to be possible? How has it continued to be possible for thousands of years and for increasingly large numbers of people? How could human beings live out their lives in a world of strangers?” - p. 12).

Para responder a essas questões, também se apresentam as subquestões: Como é possível que na cidade convivam pessoas que são pessoalmente desconhecidas umas das outras? Ou como pode a cidade ser um mundo de estranhos? (“The city then, among all the other things that it may be, is also a world of strangers, a world populated by persons who are personally unknown to one another. (...) how can it be?” – p. 3).

Principal tese:

A convivência entre anônimos/estranhos na cidade é excepcional na história humana (“For most human beings throughout most of the species’ time on this Earth, the stranger has been the exception, not the rule” - p. 8) e se deu pelo desenvolvimento de uma “ordenação” da população urbana em termos de (1) aparência e (2) localização espacial, de tal modo que seus moradores podem saber/supor boa parte uns dos outros por simples contato visual (p. 22).

Objetos empíricos ou fenômenos sociais analisados:

A convivência com estranhos ao longo do tempo e a convivência com estranhos com o surgimento das cidades.

Orientações teóricas:

Inúmeros estudos sobre antropologia e história (Childe, 1942; Lenski, 1970; Redfield, 1953; Wood, 1934; Van Gennep, 1960; Frazer, 1922; Mellaart, 1964; Jane Jacobs, 1969; Comhaire and Cahnman, 1962; Moholy-Nay, 1968; Carcopino, 1940; Russel, 1958; Sjober, 1960).

Uso da ideia do Capítulo seis da obra de R. Wright, 1971, no sentido de que as pessoas vivendo suas vidas pessoais eram “totally unable to handle strangers” (p. 181).

Velho Testamento como referência aos estranhos sugerindo a existência de ambivalência similar entre os antigos hebreus (p. 181).

Diário de Charles Darwin sobre o encontro da equipe do Beagle com habitantes da Tierra del Fuego (p. 181).

Thomas Wolfe; Williams, Dean and Suchman, 1964; e Velho Testamento para formular o conceito de *estranho*. Adicionalmente, leituras sobre o estranho em Simmel (1950b) a Schutz (1944) e McLemore (1970)– p. 181.

Gerald Suttles para tratar do conhecimento médio de um indivíduo sobre um volume de outras pessoas (p. 181).

Para formular os dois tipos de conhecimento: E. Faris, 1932 :46; e Schutz's “famous sets of distinctions: predecessors, contemporaries, and successors; consociates and other than consociates; course-of-action types and personal types (1962 :15-22)” (p. 184).

Definição de Goffman sobre espaço público e espaço privado: "Traditionally, 'public places' refer to any regions in a community freely accessible to members of that community; 'private places' refer to soundproof regions where only members or invitees gather ... ' (1963a:9)" – p. 185.

A ideia de “mera impressão visual” em Simmel: “Social life in the large city as compared to the towns shows a great preponderance of occasions to see rather than hear people. Before the appearance of omnibuses, railroads, and street cars in the nineteenth century, men were not in a situation where for periods of minutes or hours they could or must look at each other without talking to one another. Modern social life increases in ever growing degree the role of mere visual impression which always characterizes the preponderant part of all sense relationships between man and man and must place social attitudes and feelings upon an entirely changed basis. (Simmel, 1924:360)” – p. 185.

Estrutura argumentativa utilizada pela autora:

A autora divide o Capítulo Um em uma introdução sem título **(0)** e três seções: **(1)** Estranhos como exceção: a situação histórica. (“Strangers as Exceptional: The Historical Situation”); **(2)** O surgimento das cidades: multiplicação de estranhos. (“The Emergence of Cities: Multiplication of Strangers”), que por sua vez contém três subseções: **(2.1)** Suposições: a natureza da natureza humana (“Assumptions: The nature of human nature”), **(2.2)** Definições: conhecimento categórico, conhecimento pessoal e estranhos (“Definitions: categoric knowing, personal knowing, and strangers”), e **(2.3)** Especificações: espaço público urbano como o *locus* do encontro de estranhos (“Specifications: Urban Public Space as the *Locus* of Strangers Encounters”); e **(3)** Fazendo dos estranho rotina: ordenando o espaço público (“Making Stranges Routine: Ordering the Public Space”).

0. Introdução sem título

A cidade pode ser: (1) uma localidade geográfica e social; (2) uma entidade política; (3) um imã de atração de pessoas; (4) um repelente de pessoas; (5) local de viver e trabalhar; e (6) local de visitar e gastar dinheiro (p. 3).

O que diferencia a cidade é uma **situação peculiar de anonimato**, ou o fato de ser esse **mundo de estranhos** em que as pessoas não se conhecem em sua maioria (p. 3).

Colocação do problema teórico: Como as pessoas podem conviver em uma cidade? (p. 3)

1. Estranhos como exceção: a situação histórica (“Strangers as Exceptional: The Historical Situation” – p. 4)

O encontro com estranhos costumava ser algo incomum nos pequenos e isolados mundos – em tribos, vilas ou cidadelas – um verdadeiro evento, pois quebrava a rotina (p. 4).

Para tribos isoladas, o estranho sequer era humano (exemplo Tiwi - p. 4). Poderia ser considerado fantasma ou ancestral (p. 5).

Mesmo povos menos isolados que tinham relações com vizinhos, consideravam viajantes europeus não humanos (exemplo do macaco branco sarado na costa Javanesa – p. 5).

Mesmo quando não se duvidava da condição humana do estranho, sua chegada quebrava a rotina das atividades do dia-a-dia (p. 5). O estranho poderia ser visto como aluem com super-poderes, mau ou bom, amigo ou inimigo, fomentando diversos sentimentos, demandando observação atenta e próxima (p. 7).

Ou, ainda, gerar a necessidade de uma novela das boas-vindas com extrema hospitalidade (p.7).

Ou, por fim, gerar uma onda de curiosidade e fofocas (p. 8).

Hoje o aparecimento de estranho causa menos sentimentos que no passado, mas ainda existem locais onde ele pode ser assassinado ou feito de fofoca, dentro das cidades ou em povoados isolados.

2. O surgimento das cidades: multiplicação de estranhos (“The Emergence of Cities: Multiplication of Strangers” – p. 8)

Para a maior parte dos humanos durante a maior parte do tempo nessa Terra, o estranho tem sido a exceção, não a regra (p. 8). O número de chegadas de estranhos permanece pequeno até o advento das cidades, onde ele se torna a regra (p. 9).

Há uma relação direta entre o aumento da população de uma cidade e o aumento do anonimato e são três os motivos para isso (p.10):

Primeiro. Limitação biofísica. Capacidade de memória limita o número de pessoas que cada um consegue reconhecer a cerca de 300/400 pessoas (p. 10)

Segundo. Limitações estruturais. Com o aumento da população, há maior complexidade da diferenciação ocupacional. Ex: dona de casa não encontra muita gente.

Terceiro. Limitações temporais. Com o trânsito de pessoas e impermanência nos lugares, há menos encontros.

Mínimo de população para uma cidade, nesses termos, é de 8 a 10 mil pessoas (p. 11)

Diante disso, a autora coloca a questão que é a mais importante do Capítulo Um: *Como é possível a vida em cidade?* Para responder essa questão, a autora entende pela necessidade de fazer primeiro algumas suposições, definições e especificações (p. 12), quais sejam:

2.1. Suposições: a natureza da natureza humana (“Assumptions: The nature of human nature” – p. 13)

A peculiaridade dos seres humanos é a **capacidade linguística** (p. 13), que ao mesmo tempo que gera liberdade, gera também confusão.

A manutenção da vida biológica para os seres humanos tem **dificuldades adicionais** de crises existenciais, sentimentos de mágoa, insulto, constrangimento, vergonha, desonra (p. 13). As complicações da linguagem estão relacionadas a esses problemas.

Para evitar tais erros de definição, o indivíduo precisa:

- (1) das regras de codificação ou definição;
- (2) acompanhar os repertórios de comportamento que são apropriados para cada objeto ou situação; e
- (3) *informação suficiente sobre o objeto ou situação para ser capaz de ativar as regras de codificação*, característica crucial na codificação dos encontros (p. 14).

2.2. Definições: conhecimento categórico, conhecimento pessoal e estranhos “Definitions: categoric knowing, personal knowing, and strangers” (p. 15)

Tipos de conhecimento dos seres humanos uns sobre os outros (p. 15):

- (1) conhecimento categórico: conhecimento do outro baseado em informações sobre seu papel ou status. Modo primordial de apreensão, obtido por meio **visual e verbal**; e
- (2) conhecimento pessoal: conhecimento do outro baseado em informações sobre sua biografia, de modo que é possível conectar algumas informações com seu rosto ou nome. Pode ser uma celebridade, mortos e vivos (p. 16). Essa forma de conhecimento comporta dentro dela o conhecimento categórico também (p. 17).

Estranhos: no uso da autora, qualquer pessoa que é pessoalmente desconhecida para o ator em referência (p. 18).

A linha entre conhecimento categórico e conhecimento pessoal é fluida, mas o simples contato visual gera o conhecimento categórico – p. 18.

2.3. Especificações: espaço público urbano como o locus do encontro de estranhos (“Specifications: Urban Public Space as the locus of strangers encounters” – p. 19).

A cidade não é, sempre e em todos os locais, um mundo de estranhos (p. 19). Conhecimento pessoal do indivíduo sobre terceiros pode ser maior que de muitos antigos moradores de vilarejos, pois o mundo pessoal também se expande. Mas quando ele deixa sua casa ou a casa de pessoas conhecidas pessoalmente ele se vê cercado por estranhos, mais precisamente no **espaço público da cidade**.

O espaço público é definido como “áreas da cidade às quais, na sua grande parte, todas as pessoas têm acesso legal” (p. 9), referindo-se a autora, aqui, a ruas, parques, prédios públicos, em contraposição aos espaços privados, onde pode haver uma restrição legal de acesso (p. 9). A definição é crua e a linha divisória é fluida, mas suficiente para o uso do texto porque no espaço público a tendência é de encontrar mais estranhos que no espaço privado (p. 20).

3. Fazendo dos estranhos rotina: ordenando o espaço público (“Making Stranger Routine: Ordering the Public Space” – p. 20)

Antes o estranho causava **quebra de rotina**. E o motivo era o fato de que “a presença continuada sem conhecimento pessoal era impossível” pois para se relacionar com estranhos, eles precisavam ter um **conhecimento pessoal** do outro (p. 21).

Depois, a transformação do estranho em conhecido é simplificada e se dá por “simplesmente lhe perguntar informações diretas sobre sua biografia” (p. 21).

Com o advento das cidades, são muitos os estranhos, de modo que é impossível perguntar a cada um deles suas informações biográficas. Houve, então, um “novo arranjo, em que o **volume de confiabilidade do conhecimento dos demais residentes pode ser maximizado com o mínimo de informação**. Requereu um arranjo por meio do qual o **simples conhecimento categórico** dos outros seria suficiente para capacitá-lo de fazer seu caminho entre os demais” (p. 22).

Conclusão:

Por meio da análise de dados antropológicos e históricos, a autora estabelece afirmações e responde à pergunta colocada no Capítulo Um, chegando à conclusão de que “a vida em cidade se tornou possível por uma “ordenação” da população urbana em termos de (1) aparência e (2) localização espacial (espaços públicos especializados), de tal modo que seus moradores pudessem saber boa parte uns dos outros por simples contato visual” (p. 22).

Questões para discussão:

Como o espaço público é definido no texto?

O espaço público é definido como “áreas da cidade às quais, na sua grande parte, todas as pessoas têm acesso legal” (p. 9), referindo-se a autoras, aqui, a ruas, parques, prédios públicos, em contraposição aos espaços privados, onde pode haver uma restrição legal de acesso (p. 9).

O espaço público *urbano* é caracterizado como o local de encontros de estranhos (“The locus of the city as a world of strangers resides in the city’s public space” – Prefácio, p. x; e “Specifications: Urban Public Space as the *locus* of strangers encounters” - Título da subseção – p. 19).

Qual o objeto empírico tematizado por referência ao espaço público?

A cidade, assim considerada aquela em que vivem no mínimo 8 mil a 10 mil pessoas (p. 11).